Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais - 2008

- RAIS 2008 -

Principais Resultados

As informações da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, ora divulgadas, procuram informar os principais resultados dos empregos formais e rendimentos para a totalidade dos empregos celetistas e estatutários no ano de 2008, nos seus aspectos setoriais e geográficos. Além disso, procura descrever de forma sintética o comportamento do emprego por atributos dos trabalhadores, no que diz respeito às variáveis raça/cor e portadores de necessidades especiais, que passaram a ser divulgadas a partir da RAIS 2007. A disponibilização desses dados pelo Ministério do Trabalho e Emprego objetiva estimular o debate sobre esses temas, com vistas ao desenvolvimento de diagnósticos e elaboração de políticas públicas objetivando propiciar iguais oportunidades de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho e, por conseguinte, contribuir para a redução das desigualdades sócio-econômicas existentes.

Instituída pelo Decreto nº 76.900/75, a RAIS é um registro administrativo de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, criado com fins fiscalizadores, operacionais e estatísticos. Atualmente, a principal função operacional da RAIS é viabilizar o pagamento dos trabalhadores com direito ao benefício do Abono Salarial de que trata o artigo nº 239 da Constituição Federal. Em 2008, foram identificados 16,903 milhões de trabalhadores com direito ao Abono Salarial, ante 15,561 milhões em 2007.

Na RAIS são contemplados todos os vínculos formais (celetistas, estatutários, temporários, avulsos, entre outros), como também um conjunto de informações sobre os estabelecimentos empregadores, que possibilitam um cruzamento de variáveis bastante desagregadas, chegando em nível de município (5.625), classe de atividades econômicas (674) e ocupações (2.432).

Dessa forma, os resultados que serão apresentados a seguir, com base nas informações da RAIS 2008, tomaram como referência o conjunto de tabelas sobre os temas já analisados nos anos anteriores, procurando dar uma seqüência da evolução do mercado de trabalho. Entretanto, esses estudos não esgotam as inúmeras análises possíveis sobre o mercado de trabalho formal brasileiro.

Principais Resultados da RAIS 2008

Em 2008, o Produto Interno Bruto-PIB, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, cresceu 5,1%, em relação ao ano de 2007. Tal resultado evidenciou uma redução no ritmo de crescimento, comparativamente ao obtido naquele ano (+5,7%), devido ao desempenho mais desfavorável no último trimestre, que refletiu os impactos da crise financeira internacional. O resultado do PIB de 2008 constituiu o décimo sexto ano consecutivo de crescimento e foi proporcionado pelo fortalecimento da demanda interna, favorecido pelo aumento real da massa salarial, como também pela expansão das operações de crédito e pelo aumento dos investimentos, cuja taxa em relação ao PIB foi de 19%, a maior desde 2000, início da série.

O arrefecimento no ritmo de crescimento do PIB em 2008, comparativamente ao ano de 2007, desencadeou efeitos sobre o mercado de trabalho formal. De acordo com a RAIS, foram gerados 1,834 milhão de postos de trabalho em 2008, ante 2,452 milhões de postos de trabalho no ano anterior, equivalentes ao crescimento de 4,88% e 6,98%, respectivamente. Cumpre ressaltar que a geração de empregos ocorrida em 2008 foi a quarta mais favorável desde 1985, início da série da RAIS, e constituiu também o décimo sexto ano consecutivo de crescimento do emprego. Com esse aumento de postos de trabalho formais, o estoque de empregos total atingiu 39,442 milhões, resultante das declarações de 3,085 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios, o que representou uma elevação de 4,9%, crescimento superior ao observado em 2007 (+3,6%), na mesma comparação. O aumento do emprego de 4,9%, ante à expansão de 5,1% do PIB, traduz uma elasticidade produto do emprego de 0,97 (1,00% de aumento no PIB gera um aumento de 0,97% no emprego formal), que embora tenha mostrado um declínio, quando comparado à elasticidade verificada em 2007, superior à unidade (1,22), indica ainda uma boa sensibilidade ao aquecimento do nível de atividade econômica. Quando se analisam os dados da RAIS por tipo de vínculos (Celetistas versus Estatutários), percebe-se que a dinâmica do mercado de trabalho em 2008 foi proporcionada preponderantemente pelo comportamento do emprego formal celetista, que apresentou um crescimento de 5,70%, sinalizando uma elasticidade emprego-produto acima da unidade, frente ao aumento mais modesto no contingente de estatutários da ordem de 1,74%. Esse maior dinamismo do emprego formal celetista indica uma queda na participação dos trabalhadores estatutários no mercado formal de 20,8% em 2007 para 20,1% em 2008, fenômeno já identificado em anos anteriores.

No que se refere ao número de estabelecimentos declarados em 2008, de aproximadamente **7,143 milhões**, os dados apontam uma taxa de crescimento **3,7%** em relação ao número de declarados no ano anterior (6,888 milhões), percentual ligeiramente superior aos (3,6%) verificado em 2007.

No período de 2003 a 2008, com base nos dados da RAIS, verificou-se a geração de emprego formal da ordem de 10,758 milhões. Esse resultado demonstra um ganho na formalização da força de trabalho sem precedentes, com importantes repercussões em termos sociais e econômicos, visto que representa uma melhoria social, decorrente do fato de que esses trabalhadores são amparados legalmente, com salários mais altos e outros benefícios.

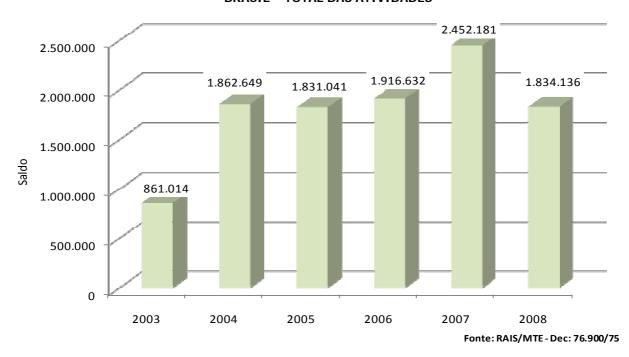
Se considerarmos o saldo do CAGED (que compreende apenas o mercado de trabalho celetista), de janeiro a junho de 2009 (299,5 mil postos, cujo resultado está fortemente influenciado pelo impacto da crise financeira), o montante de empregos criados no período de janeiro de 2003 a junho de 2009 totaliza 11,056 milhões de postos de trabalho formais.

TABELA 1 NÚMERO DE EMPREGOS EM 31/12, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA BRASIL - TOTAL DE ATIVIDADES

Ano	N.º Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.364	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98
2008	39.441.566	1.834.136	4,88

Fonte: RAIS/MTE - Dec. 76.900/75 Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

GRAFICO 1 – EVOLUÇÃO DA GERAÇÃO DO EMPREGO – PERIODO: 2003 A 2008 BRASIL – TOTAL DAS ATIVIDADES



A análise por tipo de vínculo mostra que, de acordo com a RAIS, do total de empregos criados em 2008 (1,834 milhão), 1,698 milhão foram celetistas e 135,9 mil estatutários. No que se refere aos vínculos celetistas, os dados da RAIS confirmam os resultados positivos divulgados pelo CAGED, cujas informações evidenciaram um incremento de 1,452 milhão de postos de trabalho, representando uma expansão de 5,01%. Em termos absolutos, a geração de empregos em 2008 constituiu-se, de acordo com o CAGED, no terceiro melhor desempenho da série desse indicador, comportamento influenciado pelos efeitos negativos da crise financeira internacional vislumbrados em outubro último e confirmados nos meses de novembro e dezembro desse ano. A perceptível diferença apontada entre os dados de emprego acima mencionados pode ser justificada, entre outros fatores, em razão da presença de outros tipos de vínculos empregatícios contemplados pela RAIS (temporários e avulsos) e da cobertura da RAIS ser superior à do CAGED.

I - Emprego:

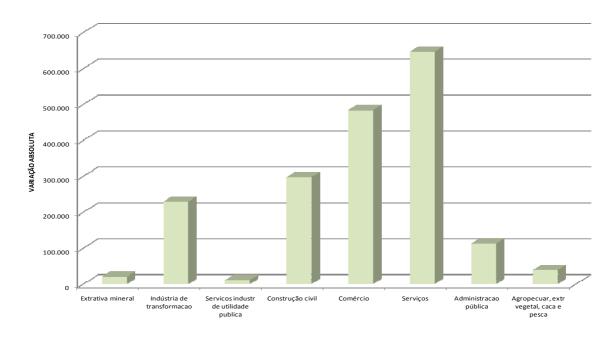
Sob a ótica setorial, os dados da RAIS evidenciaram uma expansão do emprego generalizada, beneficiada pelo comportamento favorável da demanda interna. Em termos absolutos, os setores que mais geraram empregos em 2008 foram: Serviços (+645,6 mil empregos ou +5,41%), Comércio (+483,2 mil empregos ou +7,06%), Indústria de Transformação (228,7 mil postos ou +3,23%) e Construção Civil (296,6 mil ou +18,33%). Com relação ao bom desempenho relativo da Construção Civil, que obteve a maior taxa de crescimento dentre todos os setores e subsetores, deve-se ressaltar que esse comportamento está atrelado a medidas adotadas pelo governo de estímulo ao setor, como a elevação das operações de crédito direcionadas à habitação e às obras públicas. Em termos relativos, deve ser destacado também o setor da Extrativa Mineral, que apresentou um aumento de 10,51% (+19,5 mil postos).

TABELA 2 NÚMERO DE EMPREGOS EM 31/12, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA BRASIL – SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Setor de Atividade	2007	2008	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	185.444	204.936	19.492	10,51
Indústria de transformacao	7.082.167	7.310.840	228.673	3,23
Servicos industr de utilidade publica	364.667	375.370	10.703	2,94
Construção civil	1.617.989	1.914.596	296.607	18,33
Comércio	6.840.915	7.324.108	483.193	7,06
Serviços	11.935.782	12.581.417	645.635	5,41
Administracao pública	8.198.396	8.310.136	111.740	1,36
Agropecuar, extr vegetal, caca e pesca	1.382.070	1.420.100	38.030	2,75
Total	37.607.430	39.441.566	1.834.136	4,88

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75 Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

GRÁFICO 2 VARIAÇÃO ABSOLUTA DO EMPREGO FORMAL, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA BRASIL – 2008



Os dados segundo recorte geográfico por Grandes Regiões apontam elevação generalizada, conforme discriminado a seguir:

Sudeste (+853.5 mil de postos de trabalho ou +4.37%), Nordeste (+380.9 mil postos ou +5.80%), Sul (+300.3 mil postos ou +4.62%), Centro-Oeste (+174.1 mil postos ou +5.71%) e Norte (+125.4 mil postos ou +6.41%).

É importante mencionar que a análise dos dados por grandes regiões mostra que em 2008 o Sudeste foi a região que sinalizou a maior desaceleração no ritmo de crescimento do emprego, em relação ao ano de 2007 (+1,4 milhão de postos, ante 830,1 mil postos em 2008), decorrente dos impactos da crise financeira internacional ter incidido com maior intensidade nos estados de São Paulo e Minas Gerais, espaços geográficos onde se concentra grande parte da Indústria de Transformação do País, o setor mais afetado pelos efeitos negativos da crise.

Com relação às Unidades da Federação, os dados evidenciaram que apenas uma apresentou redução no estoque de emprego formal.

Os estados que mais se destacaram em termos absolutos foram: São Paulo (+634,3 mil postos, ou +5,72%), Minas Gerais (+148,0 mil postos ou +3,67%), Paraná (+125,0 mil postos ou +5,25%), Rio Grande do Sul (+95,5 mil postos, ou +3,94%), Santa Catarina (+79,8 mil postos ou +4,70%), Bahia (76,8 mil postos ou +4,30%), Ceará (+70,6 mil postos ou +6,66%) e Pernambuco (+69,3 mil ou +5,59%). O único estado que não expandiu a oferta de empregos foi Sergipe, ao registrar uma queda de 0,45% ou uma perda de 1.430 postos de trabalho, devido ao desempenho negativo do setor Serviços.

Em termos relativos, os destaques ficaram por conta de Roraima (+12,41% ou +5,7 mil postos), Piauí (+12,31% ou +36,8 mil postos), Maranhão (+11,82% ou +57,1 mil postos) e Amapá (+10,44% ou +9,3 mil postos).

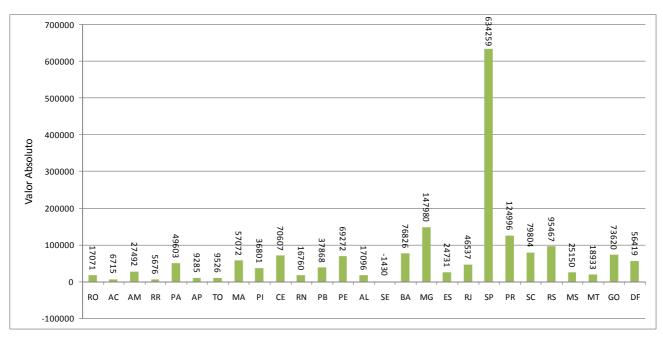
TABELA 3 NÚMERO DE EMPREGOS EM 31/12, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA BRASIL – UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Nível Geográfico 2007 2008 Absoluta Relia Total Brasil 37.607.430 39.441.566 1.834.136 Região Norte 1.954.641 2.080.009 125.368 Rondônia 245.514 262.585 17.071 Acre 92.009 98.724 6.715 Amazonas 482.727 510.219 27.492 Roraima 45.742 51.418 5.676 Pará 796.152 845.755 49.603 Amapá 88.898 98.183 9.285 Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771	4,88 6,41 6,95 7,30 5,70 12,41 6,23 10,44 4,68 5,80 11,82 12,31 6,66
Região Norte 1.954.641 2.080.009 125.368 Rondônia 245.514 262.585 17.071 Acre 92.009 98.724 6.715 Amazonas 482.727 510.219 27.492 Roraima 45.742 51.418 5.676 Pará 796.152 845.755 49.603 Amapá 88.898 98.183 9.285 Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430	6,41 6,95 7,30 5,70 12,41 6,23 10,44 4,68 5,80 11,82 12,31
Rondônia 245.514 262.585 17.071 Acre 92.009 98.724 6.715 Amazonas 482.727 510.219 27.492 Roraima 45.742 51.418 5.676 Pará 796.152 845.755 49.603 Amapá 88.898 98.183 9.285 Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	6,95 7,30 5,70 12,41 6,23 10,44 4,68 5,80 11,82 12,31
Rondônia 245.514 262.585 17.071 Acre 92.009 98.724 6.715 Amazonas 482.727 510.219 27.492 Roraima 45.742 51.418 5.676 Pará 796.152 845.755 49.603 Amapá 88.898 98.183 9.285 Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	6,95 7,30 5,70 12,41 6,23 10,44 4,68 5,80 11,82 12,31
Acre 92.009 98.724 6.715 Amazonas 482.727 510.219 27.492 Roraima 45.742 51.418 5.676 Pará 796.152 845.755 49.603 Amapá 88.898 98.183 9.285 Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	7,30 5,70 12,41 6,23 10,44 4,68 5,80 11,82 12,31
Amazonas 482.727 510.219 27.492 Roraima 45.742 51.418 5.676 Pará 796.152 845.755 49.603 Amapá 88.898 98.183 9.285 Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	5,70 12,41 6,23 10,44 4,68 5,80 11,82 12,31
Roraima 45.742 51.418 5.676 Pará 796.152 845.755 49.603 Amapá 88.898 98.183 9.285 Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	12,41 6,23 10,44 4,68 5,80 11,82 12,31
Pará 796.152 845.755 49.603 Amapá 88.898 98.183 9.285 Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	6,23 10,44 4,68 5,80 11,82 12,31
Amapá 88.898 98.183 9.285 Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	10,44 4,68 5,80 11,82 12,31
Tocantins 203.599 213.125 9.526 Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	4,68 5,80 11,82 12,31
Região Nordeste 6.567.837 6.948.709 380.872 Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	5,80 11,82 12,31
Maranhão 482.938 540.010 57.072 Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	11,82 12,31
Piauí 298.831 335.632 36.801 Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	12,31
Ceará 1.059.392 1.129.999 70.607 Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	
Rio Grande do Norte 498.467 515.227 16.760 Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	6,66
Paraíba 475.471 513.339 37.868 Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	
Pernambuco 1.239.499 1.308.771 69.272 Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	3,36
Alagoas 407.937 425.033 17.096 Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	7,96
Sergipe 320.676 319.246 -1.430 Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	5,59
Bahia 1.784.626 1.861.452 76.826 Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	4,19
Região Sudeste 19.532.512 20.386.019 853.507	-0,45
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	4,30
Minas Gerais 4.036.203 4.184.183 147.980	4,37
	3,67
Espírito Santo 751.559 776.290 24.731	3,29
Rio de Janeiro 3.665.846 3.712.383 46.537	1,27
São Paulo 11.078.904 11.713.163 634.259	5,72
Região Sul 6.502.575 6.802.842 300.267	4,62
Paraná 2.378.931 2.503.927 124.996	5,25
Santa Catarina 1.697.800 1.777.604 79.804	4,70
Rio Grande do Sul 2.425.844 2.521.311 95.467	3,94
Região Centro-Oeste 3.049.865 3.223.987 174.122	5,71
Mato Grosso do Sul 472.170 497.320 25.150	5,33
Mato Grosso 571.605 590.538 18.933	5,55
Goiás 1.061.426 1.135.046 73.620	3,31
Distrito Federal 944.664 1.001.083 56.419	

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE





Ao considerarmos as informações sobre a variável gênero, os dados da RAIS apontam que a força de trabalho feminina em 2007 representava 40,8% do estoque de vínculos formais e elevou-se para 41,1% em 2008, dando continuidade à tendência do processo de feminização dos postos de trabalho existentes no Brasil. Esse resultado decorreu do crescimento do emprego feminino da ordem de 5,50%, equivalente à inserção de 845,6 mil mulheres no mercado de trabalho formal, ante um aumento de 4,44% do emprego masculino, produto do acréscimo de 988,5 mil trabalhadores assalariados no contingente de estoque existente em 31 de dezembro de 2007.

A leitura dos dados da RAIS segundo grau de instrução, com recorte por gênero, mostra uma redução do emprego para os estratos com níveis de escolaridade até o ensino fundamental completo e elevação para os vínculos empregatícios situados nos níveis de escolaridade a partir do ensino médio incompleto, abrangendo ambos os sexos. As maiores quedas ocorreram no grau de instrução analfabeto (-3,91%, ou -9,7 mil postos), atingindo principalmente os trabalhadores do gênero masculino (-4,27% ou -8,6 mil postos) e, em menor medida, as mulheres (-2,42% ou -1,1 mil postos). No outro extremo, o maior aumento da geração de empregos verificou-se nos níveis de escolaridade de ensino médio completo (+9,82% ou +1,4 milhão de postos). Em números absolutos, esse resultado mais que superou as perdas ocorridas nas faixas até oitava série completa do ensino fundamental e, em termos relativos, situou-se bem acima da taxa média nacional (+4,88%).

Ao avaliar o recorte por gênero no nível de escolaridade de ensino médio completo, percebe-se que os homens registraram uma taxa de crescimento da ordem de 10,68%, a maior dentre todos os graus de instrução, correspondendo a um incremento de 806,34 mil

empregos, enquanto que as mulheres evidenciaram uma elevação de 8,80% no número de vínculos empregatícios, o que representou um incremento de 554,0 mil postos de trabalho.

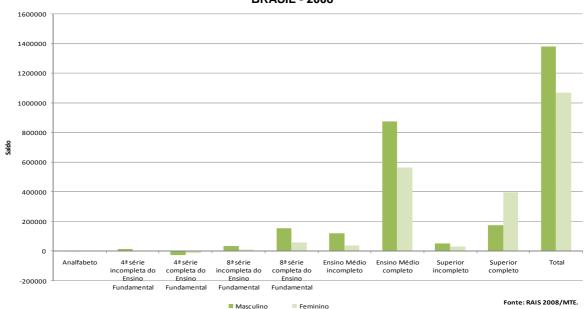
Da análise dos dados por grau de instrução da RAIS, depreende-se também que a força de trabalho feminina continua preponderante em relação à dos homens nos níveis de instrução superior incompleto e completo, e significativamente menor nos níveis que demandam pouca qualificação, o que denota um aprofundamento do nível de escolaridade feminina nos últimos anos.

TABELA 4 NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, SEGUNDO GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO – BRASIL – 2007 e 2008

Grau de Instrução		2007			2008		Vari	ação Absol	uta	Varia	ção Relativa	1(%)
Grad de Mistração	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	200.587	47.281	247.868	192.030	46.138	238.168	-8.557	-1.143	-9.700	-4,27	-2,42	-3,91
4ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.240.095	351.223	1.591.318	1.198.798	342.249	1.541.047	-41.297	-8.974	-50.271	-3,33	-2,56	-3,16
4ª série completa do Ensino Fundamental	1.632.186	570.039	2.202.225	1.576.119	559.408	2.135.527	-56.067	-10.631	-66.698	-3,44	-1,86	-3,03
8ª série incompleta do Ensino Fundamental	2.536.695	955.607	3.492.302	2.523.973	957.444	3.481.417	-12.722	1.837	-10.885	-0,50	0,19	-0,31
8ª série completa do Ensino Fundamental	3.851.702	1.775.288	5.626.990	3.854.573	1.762.207	5.616.780	2.871	-13.081	-10.210	0,07	-0,74	-0,18
Ensino Médio incompleto	2.093.210	1.089.665	3.182.875	2.148.306	1.128.988	3.277.294	55.096	39.323	94.419	2,63	3,61	2,97
Ensino Médio completo	7.553.098	6.298.532	13.851.630	8.359.464	6.852.555	15.212.019	806.366	554.023	1.360.389	10,68	8,80	9,82
Superior incompleto	761.616	818.062	1.579.678	807.928	869.274	1.677.202	46.312	51.212	97.524	6,08	6,26	6,17
Superior completo	2.377.250	3.455.294	5.832.544	2.573.790	3.688.322	6.262.112	196.540	233.028	429.568	8,27	6,74	7,37
Total	22.246.439	15.360.991	37.607.430	23.234.981	16.206.585	39.441.566	988.542	845.594	1.834.136	4,44	5,50	4,88

Fonte: RAIS/MTE Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

GRÁFICO 4 EVOLUÇÃO DO SALDO DO EMPREGO SEGUNDO GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO BRASIL - 2008



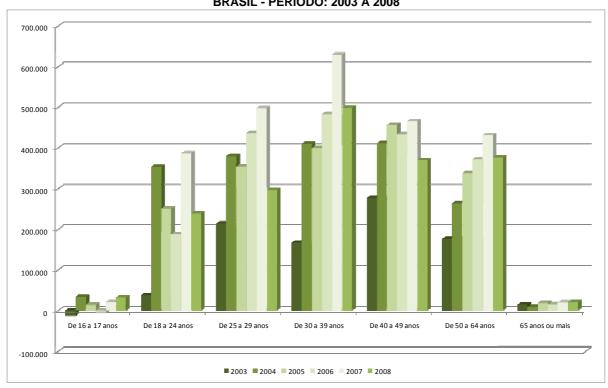
As informações relativas ao recorte por faixa etária revelam elevação generalizada, com destaque, em termos relativos, para a faixa entre 16 e 17 anos (+9,75% ou +32,0 mil postos) e de 50 a 64 anos (+8,17% ou +376,0 mil postos). Em termos absolutos, o destaque coube à faixa de 30 a 39 anos (+498,5 mil postos ou +4,62%).

TABELA 5 NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA BRASIL – 2007 E 2008

Faixa Etária	2007	2008	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
De 16 a 17 anos	327.905	359.872	31.967	9,75
De 18 a 24 anos	6.652.692	6.891.002	238.310	3,58
De 25 a 29 anos	6.654.108	6.950.316	296.208	4,45
De 30 a 39 anos	10.791.107	11.289.652	498.545	4,62
De 40 a 49 anos	8.283.797	8.652.735	368.938	4,45
De 50 a 64 anos	4.600.398	4.976.360	375.962	8,17
65 anos ou mais	277.802	297.909	20.107	7,24
Total	37.607.430	39.441.566	1.834.136	4,88

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75 Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE Nota: No total foram incluídos os ignorados

GRÁFICO 5 EVOLUÇÃO DO SALDO DO EMPREGO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA BRASIL - PERÍODO: 2003 A 2008



Com relação aos dados da RAIS por tamanho do estabelecimento, percebe-se que houve crescimento do emprego em todas as faixas, com destaque para aquelas com estabelecimentos com mais de 1000 empregados, os quais responderam por 445,3 mil postos de trabalho. Em termos relativos, os estabelecimentos que mostraram maior dinamismo foram aqueles situados nas faixas de 20 a 49 vínculos empregatícios, cujo crescimento foi da ordem de 6,62%, sendo responsáveis pelo incremento de 283,3 mil postos de trabalho.

TABELA 6 NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS E ESTABELECIMENTOS, VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, SEGUNDO TAMANHO DO ESTABELECIMENTO - BRASIL – 2007 E 2008

Tamanho do Estabelecimento	2007	2008	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Até 4 vínculos ativos	3.191.057	3.337.147	146.090	4,58
De 5 a 9 vínculos ativos	3.008.577	3.176.581	168.004	5,58
De 10 a 19 vínculos ativos	3.371.636	3.588.332	216.696	6,43
De 20 a 49 vínculos ativos	4.281.128	4.564.415	283.287	6,62
De 50 a 99 vínculos ativos	3.033.454	3.230.499	197.045	6,50
De 100 a 249 vínculos ativos	3.913.944	4.101.840	187.896	4,80
De 250 a 499 vínculos ativos	3.356.854	3.456.578	99.724	2,97
De 500 a 999 vínculos ativos	3.306.226	3.396.327	90.101	2,73
1000 ou mais vínculos ativos	10.144.554	10.589.847	445.293	4,39
Total	37.607.430	39.441.566	1.834.136	4,88

Fonte: RAIS/MTE

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

II - Remuneração:

No tocante aos rendimentos médios dos trabalhadores, constantes na RAIS as informações mostram um aumento real médio de 3,52%, percentual bem superior ao registrado em 2007, quando se verificou uma elevação modesta da ordem de 0,68% no rendimento, tomando como referência o deflator INPC. O crescimento médio ocorrido em 2008 é proveniente de variações que oscilam entre +8,61% no Piauí e +6,98% no Ceará a -5,07% em Roraima e -1,13% no Acre. No caso do Piauí, o aumento foi proporcionado pela elevação nos rendimentos das atividades relacionadas aos Serviços Médicos, Odontológicos e, no Ceará, está vinculado aos Serviços Médicos, Odontológicos e Ensino. Já as quedas ocorridas em Roraima podem ser justificadas pela redução dos rendimentos no subsetor da Indústria Química e, no Acre, na Indústria de Material Elétrico e de Comunicações.

TABELA 7
REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZ/2008 (1)
BRASIL - 2007 e 2008

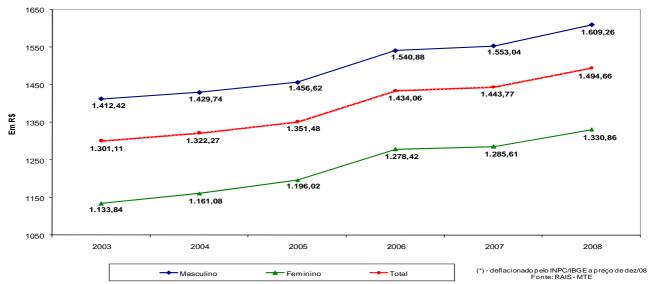
Unidade da	2007	2008	Variação
Federação			Relativa (%)
D.O.	4 000 00	4 007 00	0.70
RO	1.298,32	1.307,69	0,72
A C	1.499,47	1.482,57	-1,13
AM	1.479,37	1.571,32	6,22
R R P A	1.606,19	1.524,68	-5,07
AP	1.156,73	1.219,76	5,45
TO	1.742,64 1.211,30	1.801,07 1.234,21	3,35 1,89
MA	1.043.50	1.097.80	•
PI	1.016,42	1.103,91	5,20 8,61
CE	987,45	1.056,33	6,98
RN	1.105,48	1.158,43	4,79
PB	970,15	995,95	2,66
PE	1.081,70	1.141,89	5,56
AL	1.031,28	1.058,09	2,60
SE	1.227,79	1.297,20	5.65
BA	1.168,26	1.209,54	3,53
MG	1.173,76	1.223,47	4,24
ES	1.276,29	1.318,16	3,28
RJ	1.653,78	1.719,78	3,99
SP	1.694,58	1.733,25	2,28
PR	1.295,62	1.355,09	4,59
SC	1.282,28	1.316,86	2,70
RS	1.415,58	1.444,32	2,03
MS	1.272,77	1.350,60	6,11
ΜT	1.204,64	1.251,91	3,92
GO	1.175,12	1.200,16	2,13
DF	3.065,96	3.246,44	5,89
Total	1.443,77	1.494,66	3,52

Fonte: RAIS/MTE Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE

Ao tomar como referência os rendimentos médios pagos aos trabalhadores, por nível geográfico, os dados revelam a manutenção da diferença expressiva entre os rendimentos médios auferidos pelas diversas Unidades da Federação, demonstrando que na Região Nordeste é onde se concentram os estados com remunerações menores, com destaque para: Paraíba (R\$ 995,95), Ceará (R\$ 1.056,33) e Alagoas (R\$ 1.058,09). Em sentido oposto, percebe-se que a estrutura de salários mais elevados se manteve, quando comparada com 2007, com o Distrito Federal registrando o maior rendimento (R\$ 3.246,44), seguido do Amapá (R\$ 1801,07), São Paulo (R\$ 1.733,25) e Rio de Janeiro (R\$ 1.719,78). É importante ressaltar que essa diferenciação de salários não pode ser atribuída somente a uma segmentação geográfica, podendo ser justificadas em razão das características da força de trabalho empregada (escolaridade, gênero, idade...) e do setor em que estão inseridas.

No que diz respeito aos dados de rendimentos por gênero, verifica-se que em 2008 as mulheres obtiveram um ganho real de 3,52%, percentual ligeiramente menor que o registrado para o rendimento médio dos homens (3,62%), dando continuidade à trajetória de crescimento, conforme mostra o gráfico abaixo.





O aumento no rendimento médio feminino está fortemente influenciado pela elevação de 5,76% obtida pelas mulheres com nível de escolaridade superior. No tocante aos homens, esse resultado está associado aos trabalhadores com nível de escolaridade de 4° série incompleta do ensino fundamental, que registraram um crescimento nos rendimentos médios de 3,92%, acima da média. Somente nos níveis de grau de instrução superior incompleto e completo a mulher obteve ganhos reais acima dos registrados para os homens (ver tabela abaixo 8) e, embora os dados sobre emprego continuem apontando a preponderância de geração de empregos femininos versus masculinos com nível Superior Completo (18,6% a mais), o diferencial entre os salários auferidos pelas mulheres e pelos homens, neste grau de escolaridade, continua expressivo, passando da representatividade de 56,5% em 2007 para 57,9% em 2008, porém sinalizando uma redução no diferencial das remunerações percebidas entre os gêneros. Movimento análogo também ocorreu para o nível de instrução superior incompleto, traduzido pela participação mais favorável à mulher nos rendimentos, de 64,6% para 65,3% nos respectivos anos.

Em 2008, com os resultados dos aumentos médios mencionados acima, a proporção das remunerações médias percebidas pelas mulheres, comparativamente à dos homens, ficou em 82,7%, praticamente igual à participação de 82,8% registrada em 2007, que demonstrou uma leve redução em relação a 2006, quando atingiu 83%, revertendo um crescimento gradativo que vinha ocorrendo nos três anos anteriores, expresso nos percentuais de 81,2%, em 2004, e de 82,1%, em 2005.

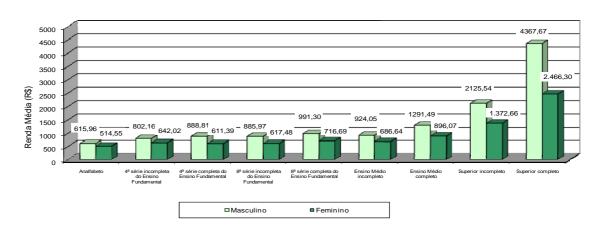
TABELA 8
REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZ/2008 (1)
BRASIL - 2007 E 2008

3									
Crou de Instruese		2007			2008		Vari	ação Relativa	(%)
Grau de Instrução	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	655,88	547,90	635,46	670,72	558,04	649,05	2,26	1,85	2,14
4ª série incompleta do Ensino Fundamental	854,15	683,63	816,44	887,67	668,93	838,9	3,92	-2,15	2,75
4ª série completa do Ensino Fundamental	946,42	651,02	870,44	978,2	664,72	896,35	3,36	2,10	2,98
8ª série incompleta do Ensino Fundamental	943,39	657,50	865,45	975,53	667,19	890,97	3,41	1,47	2,95
8ª série completa do Ensino Fundamental	1.055,55	763,14	963,71	1.060,02	747,64	961,96	0,42	-2,03	-0,18
Ensino Médio incompleto	983,94	731,14	897,52	997,06	731,07	905,52	1,33	-0,01	0,89
Ensino Médio completo	1.375,20	954,15	1.184,18	1.391,70	961,49	1.198,23	1,20	0,77	1,19
Superior incompleto	2.263,31	1.461,63	1.849,49	2.247,97	1.467,29	1.844,52	-0,68	0,39	-0,27
Superior completo	4.650,76	2.626,15	3.452,55	4.799,89	2.777,29	3.609,73	3,21	5,76	4,55
Total	1.553,04	1.285,61	1.443,77	1.609,26	1.330,86	1.494,66	3,62	3,52	3,52

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE (1) Deflator INPC

GRÁFICO 7 REMUNERAÇÃO MÉDIA, SEGUNDO GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO (PREÇOS DE DEZEMBRO DE 2008) BRASIL 2008



A análise dos dados dos rendimentos médios por recorte setorial revela expansão em quase todos os subsetores, merecendo destaque o da Extrativa Mineral, que obteve o maior ganho real (+13,65%), percentual bem acima da média (+3,52%), seguido da Indústria da Borracha, Fumo, Couros (+8,84%), da Construção Civil (+7,76%), da Indústria de Material Elétrico e de Comunicações (+6,67%) e do Ensino (+6,62%). A exceção ficou por conta da Indústria de Papel e Papelão, que registrou um pequeno declínio da ordem de 1,33%. Em síntese, o aumento médio dos rendimentos oculta variações que oscilam entre -1,33% a +13,65%. O rendimento médio em 2008, da ordem de R\$ 1.494,66, reflete ainda uma heterogeneidade de rendimentos, com picos no setor da Extrativa Mineral (R\$ 4.313,35) e um mínimo de R\$ 769,75 na Indústria de Calçados, o que se traduz em um diferencial de 460%, que pode ser justificado, principalmente, pela diferença dos atributos dos trabalhadores, como níveis de escolaridade, gênero e idade, como também pela desigualdade geográfica.

TABELA 9
REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZ/2008 (1)
BRASIL - 2007 e 2008

Subsetor de Atividade Econômica	2007	2008	Variação Relativa (%)
			Neiativa (70)
Extrativa mineral	3.795,35	4.313,35	13,65
Indústria de produtos minerais nao metálicos	1.084,03	1.116,65	3,01
Indústria metalúrgica	1.683,60	1.733,72	2,98
Indústria mecânica	2.000,08	2.073,39	3,67
Indústria do material elétrico e de comunicações	1.777,55	1.896,16	6,67
Indústria do material de transporte	2.672,58	2.716,33	1,64
Indústria da madeira e do mobiliário	903,34	936,2	3,64
Indústria do pape I, papelao, editorial e gráfica	1.797,94	1.774,03	-1,33
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1.423,54	1.549,36	8,84
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários	2.215,70	2.268,43	2,38
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	855,73	878,61	2,67
Indústria de calçados	739,75	769,75	4,06
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.067,27	1.112,05	4,20
Serviços industriais de utilidade pública	2.709,08	2.758,80	1,84
Construção civil	1.125,07	1.212,37	7,76
Comércio varejista	853,97	870,74	1,96
Comércio atacadista	1.374,56	1.420,99	3,38
Instituiçoes de crédito, seguros e capitalização	3.593,95	3.611,56	0,49
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	1.250,97	1.299,62	3,89
Transportes e comunicações	1.469,40	1.493,28	1,63
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	903,04	945,41	4,69
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.293,25	1.323,99	2,38
Ensino	1.848,62	1.970,97	6,62
Administração pública direta e autárquica	1.997,53	2.085,57	4,41
A gricultura, silvicultura, criação de animais	756,76	794,16	4,94
Total	1.443,77	1.494,66	3,52

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE (1) Deflator INPC Obs.: as informações de Ignorado estão incorporados no Total

Os dados sobre remuneração média por tamanho de estabelecimento demonstram expansão generalizada, com aumentos mais expressivos nos estratos compreendidos entre 500 a 999 vínculos empregatícios ativos (+5,32%), naqueles com mais de 1000 vínculos ativos (+4,89%) e nos estratos entre 250 a 499 vínculos ativos (+3,99%). Devem-se destacar, no outro extremo, os estabelecimentos com até 4 empregos, que obtiveram um ganho real de 3,11%, que pode estar atrelado, em parte, à elevação real do salário mínimo. Em contrapartida, nos estratos mais elevados, o aumento real mais expressivo pode estar correlacionado, dentre outros fatores, à escassez de oferta de mão-de-obra em determinados setores de atividade econômica.

TABELA 10 REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO, EM REAIS, A PREÇOS DE DEZ/2008 (1) BRASIL - 2007 e 2008

Tamanho do Estabelecimento	2007	2008	Variação Relativa (%)
Até 4 vínculos ativos	702,05	723,88	3,11
De 5 a 9 vínculos ativos	843,12	865,02	2,60
De 10 a 19 vínculos ativos	983,19	1.001,75	1,89
De 20 a 49 vínculos ativos	1.127,12	1.151,67	2,18
De 50 a 99 vínculos ativos	1.278,73	1.304,31	2,00
De 100 a 249 vínculos ativos	1.484,31	1.513,04	1,94
De 250 a 499 vínculos ativos	1.588,93	1.652,32	3,99
De 500 a 999 vínculos ativos	1.727,17	1.819,12	5,32
1000 ou mais vínculos ativos	2.044,91	2.144,89	4,89
Total	1.443,77	1.494,66	3,52

Fonte: RAIS - Dec. 76.900/75

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE (1) Deflator INPC

III - Raça/Cor

O foco da análise das informações sobre emprego e rendimento relativos à variável raça/cor será centrado somente sobre os vínculos empregatícios celetistas, que totalizam 31,5 milhões, tendo em vista que as informações sobre os vínculos estatutários ainda não apresentam um nível de qualidade aceitável, dado o grande número de informações classificadas como não identificadas Para efeito dessa análise, também não serão tecidos comentários sobre os vínculos empregatícios da raça/cor amarelos e indígenas, dada a inexpressiva representatividade que, em conjunto, situa-se em torno de 1%.

A análise dos dados da RAIS mostra que em 2008 o número de vínculos empregatícios declarados como brancos representava 62,32% do estoque de empregos existente em 31 de dezembro, indicando uma redução de 0,89 ponto percentual em relação ao mesmo mês de 2007 (63,21%). Em contrapartida, os trabalhadores declarados como pardos, cuja participação foi da ordem de 27,31%, e aqueles declarados como negros, 5,26%, assinalaram um leve aumento em relação aos dados divulgados em 2007 (26,65% e 5,22%, respectivamente).

TABELA 11 QUANTIDADE DE VÍNCULOS CELETISTAS ATIVOS, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO BRASIL 2007 e 2008

D101/00D		RAIS 2007			RAIS 2008		VA	R RELATIVA	l
RAÇA/COR	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
INDIGENA	52.992	28.679	81.671	55.606	28.547	84.153	4,93	-0,46	3,04
BRANCA	11.595.712	7.228.106	18.823.818	11.965.582	7.649.596	19.615.178	3,19	5,83	4,20
PRETA/NEGRA	1.099.270	456.422	1.555.692	1.157.032	498.521	1.655.553	5,25	9,22	6,42
AMARELA	146.850	84.437	231.287	150.965	90.154	241.119	2,80	6,77	4,25
PARDA	5.394.871	2.541.692	7.936.563	5.797.148	2.799.944	8.597.092	7,46	10,16	8,32
NAO IDENT	717.665	431.794	1.149.459	809.745	473.854	1.283.599	12,83	9,74	11,67
Total	19.007.360	10.771.130	29.778.490	19.936.078	11.540.616	31.476.694	4,89	7,14	5,70

Fonte: RAIS/2008 - MTE

Quanto aos indicadores de rendimentos, observa-se que o menor percentual de aumento real ocorreu para os trabalhadores classificados como brancos (+1,88%), sendo os únicos que obtiveram aumentos inferiores à média (2,67%). Apesar do aumento mais modesto, os rendimentos médios dos trabalhadores declarados como brancos são 50% superiores aos daqueles classificados como negros e 43,7% acima dos considerados como pardos. No que se refere aos resultados de 2007, verifica-se que houve um declínio da relação entre os rendimentos dos empregos classificados como brancos versus negros (55,7%) e no que diz respeito aos trabalhadores brancos versus pardos (47,8%).

No que se refere aos dados da RAIS por escolaridade, percebe-se que a maior representatividade do emprego encontra-se no ensino médio completo, com uma média de 39,72%, distribuída da seguinte forma: pardos (41,58%), brancos (39,08%) e negros (35,80%). No nível superior completo, observa-se um diferencial expressivo na participação dos trabalhadores segundo essa classificação: brancos (13,18%), pardos (5,86%) e negros (3,61%). Nesse nível de escolaridade, as mulheres brancas têm uma representatividade de 17,52%, ante 10,41% para os homens brancos, sendo de 5,96% para mulheres negras e de 2,60% para homens negros, e de 9,43% para as trabalhadoras declaradas pardas, ante 4,13% para os homens pardos.

TABELA 12 REMUNERAÇÃO EM DEZEMBRO DOS VÍNCULOS CELETISTAS ATIVOS, SEGUNDO RAÇA/COR E GÊNERO BRASIL 2007 e 2008

RAÇA/COR	R	AIS 2007 (*)			RAIS 2008		VARIA	ÇAO RELAT	IVA
RAÇA/COR	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
INDIGENA	1.043,24	869,04	981,59	1.170,00	910,10	1.080,80	12,15	4,73	10,11
BRANCA	1.586,11	1.173,39	1.427,37	1.617,59	1.199,58	1.454,20	1,99	2,23	1,88
PRETA/NEGRA	981,19	761,62	916,77	1.046,62	790,11	969,24	6,67	3,74	5,72
AMARELA	1.852,78	1.591,64	1.756,68	1.974,20	1.628,61	1.844,07	6,55	2,32	4,97
PARDA	1.032,84	822,57	965,31	1.093,36	844,44	1.011,96	5,86	2,66	4,83
NAO IDENT	1.415,19	1.082,15	1.293,97	1.596,67	1.070,07	1.401,01	12,82	-1,12	8,27
Total	1.388,21	1.071,94	1.273,74	1.432,71	1.093,06	1.307,81	3,21	1,97	2,67

Fonte: RAIS/2008-MTE

(*) Deflator INPC

IV - Portadores de Necessidades Especiais

Os dados da RAIS 2008 indicam que existem 323,2 mil empregos declarados como portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho formal, o que representou em torno de 1% do contingente de empregos, cujo montante atingiu 39,4 milhões de vínculos em 31 de dezembro. O número de portadores de necessidades especiais declarados no ano em análise apresentou um ligeiro recuo em relação ao verificado no ano de 2007 (348,8 mil postos). Do total dos 323,2 mil trabalhadores portadores de necessidades especiais, a maior parte foram classificados como deficientes físicos (55,24%), seguidos dos auditivos (24,65%), dos visuais (3,86%), dos mentais (3,37%) e dos portadores de deficiências múltiplas (1,09%). Com relação aos empregados reabilitados, o percentual de declarados foi de 11,78%.

Considerando as informações por gênero, observou-se que os homens têm uma maior representatividade em todos os tipos de deficiência, com uma participação de 64,32%, em média, que se elevou, comparativamente à ocorrida em 2007 (62,76%), decorrente do aumento em todos os tipos de deficiências. A participação masculina entre os portadores de deficiência física é de 61,33%, sendo 67,65% referente à deficiência auditiva, 66,61% à visual, 73,88% às mentais e 70,46% às múltiplas.

Esse comportamento pode ser creditado à forte influência da remuneração dos Deficientes Auditivos, cuja média foi de R\$ 2.162,02, o único valor acima da média de rendimentos entre todos os tipos de deficiência. Esse rendimento dos Portadores de Deficiência Auditiva é oriundo de remunerações mais elevadas em todos os graus de escolaridade, comparativamente àqueles dos trabalhadores classificados em outros tipos de deficiência. Por outro lado, os portadores de deficiência mental são os que revelaram o menor rendimento (R\$ 690,11).

A remuneração média dos trabalhadores portadores de necessidades especiais é de R\$ 1.717,16, superior à média dos rendimentos do total de vínculos formais (R\$ 1.494,66). Os assalariados com deficiência auditiva são aqueles que percebem a maior remuneração dentre os diversos tipos de deficiência (R\$ 2.162,02), o único valor acima da média de rendimentos entre todos os tipos de deficiência. Esse rendimento dos Portadores de Deficiência Auditiva é oriundo de remunerações mais elevadas em todos os graus de escolaridade, comparativamente àqueles dos trabalhadores classificados em outros tipos de deficiência. Por outro lado, os portadores de deficiência mental são os que revelaram o menor rendimento (R\$ 690,11).

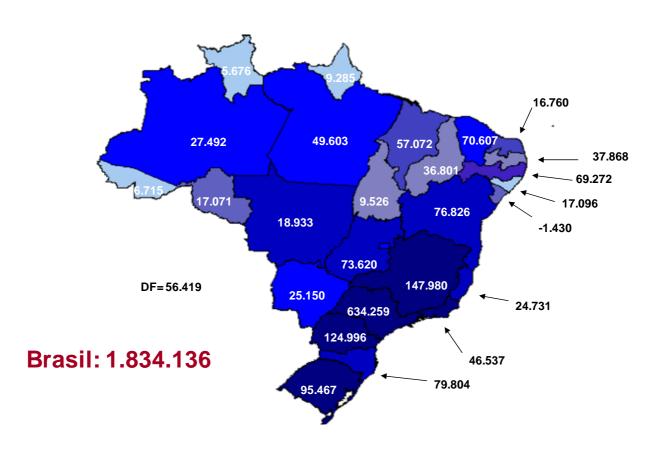
70s portadores de deficiência auditiva são os que revelaram maior diferença (64,29%) entre os rendimentos pagos segundo o gênero (R\$ 2.476,64 para os homens e R\$ 1.507,48 para as mulheres), seguidos dos deficientes múltiplos (40,48%), expressos pelos rendimentos de R\$ 1.397,47 para os homens e de R\$ 994,78 para as mulheres.

TABELA 13 RAIS - TOTAL DE EMPREGOS E REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$) EM 31/12/2008 POR TIPO DE DEFICIÊNCIA E GÊNERO.

TIPO DE DEFICIENCIA	VINCULOS			REMUNERAÇÃO		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
FISICA	109.058	68.776	177.834	1.782,98	1.339,55	1.611,66
AUDITIVA	53.682	25.665	79.347	2.476,64	1.507,48	2.162,02
VISUAL	8.278	4.150	12.428	1.692,61	1.276,88	1.554,56
MENTAL	8.027	2.837	10.864	705,94	645,07	690,11
MULTIPLA	2.478	1.039	3.517	1.397,47	994,78	1.275,98
REABILITADO	25.699	12.217	37.916	1.737,14	1.427,41	1.638,09
TOTAL DE DEFICIENTES	207.897	115.313	323.210	1.911,15	1.366,88	1.717,16
NAO DEFIC	23.027.084	16.091.272	39.118.356	1.606,58	1.330,60	1.492,86
TOTAL	23.234.981	16.206.585	39.441.566	1.609,26	1.330,86	1.494,66

Fonte: RAIS/2008-MTE (*) Deflator INPC

Saldo do Emprego Formal – 2008 Variação Absoluta



Saldo do Emprego Formal – 2008 Variação Relativa

